



Intelectuais Negras e Negros Centenárias/os e o Serviço Social

Centenarian Black Intellectuals and Social Work

Ana Paula Procopio da Silva*

 <https://orcid.org/0000-0003-4420-1114>

Marcia Campos Eurico**

 <https://orcid.org/0000-0003-3450-8593>

Maria Antonia Cardoso Nascimento***

 <https://orcid.org/0000-0002-2931-1967>

RESUMO

O artigo celebra a vida e a obra da intelectualidade negra centenária apresentando o papel histórico e a contribuição das produções de Carolina Maria de Jesus (1914–1977), D. Ivone Lara (1921–2018) e Clóvis Moura (1925–2003) para a formação e o trabalho profissional em Serviço Social, considerando o compromisso com o debate da questão racial na formação social brasileira e com o antirracismo, na perspectiva de totalidade, que configuram como urgente a incorporação de suas produções nos conteúdos abordados no ensino de graduação e pós-graduação.

PALAVRAS-CHAVE

Carolina Maria de Jesus; Clóvis Moura; D. Ivone Lara; Formação antirracista; Serviço Social.

ABSTRACT

This article celebrates the life and work of the centenarian black intellectuals by presenting the historical role and contribution of the productions of Carolina Maria de Jesus (1914–1977), D. Ivone Lara (1921–2018) and Clóvis Moura (1925–2003) for the training and professional work in Social Work, considering the commitment

*Professora Universitária. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). Docente da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro do. (UERJ, Rio de Janeiro, Brasil). Email: procopio.anapaula@gmail.com

**Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC, São Paulo, Brasil). Docente no Programa Pós Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC, São Paulo, Brasil). E-mail: marciamayzao8@gmail.com / meurico@pucsp.br

***Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC, São Paulo, Brasil). Docente do curso de Serviço Social e no Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA, Belém, Brasil). E-mail: mariaant@ufpa.br

DOI 10.22422/temporalis.2025v25n49p552-564



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2025 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

to the debate on the racial issue in Brazilian social formation and to anti-racism, from the perspective of totality, which configure as urgent the incorporation of their productions in the contents addressed in undergraduate and graduate education.

KEYWORDS

Carolina Maria de Jesus; Clóvis Moura; D. Ivone Lara; Anti-racist training; Social Work.

Introdução

A relação entre a formação e o trabalho profissional em Serviço Social e o antirracismo no Brasil pode ser compreendida na sua condição intrínseca quando nos voltamos para o pensamento social das/dos seguintes intelectuais negros e negras centenários: Carolina Maria de Jesus (1914–1977); D. Ivone Lara (1921–2018); e Clóvis Moura (1925–2003). Suas biografias atravessam um século de resistência ao racismo no Brasil e de crítica aos processos políticos e ideológicos de exploração e repressão que aparecem na contestação presente em seus textos, poesias, letras de músicas e literatura que confrontam a formação social brasileira fundada no escravismo, na eugenia e na política de branqueamento consubstanciada pelo mito da democracia racial. São produções acadêmicas e artísticas que expõem as desigualdades sociorraciais em suas raízes e permanências e contribuem para o pensamento social crítico negro como fundamento teórico-metodológico para o enfrentamento das expressões da questão social.

A denúncia das iniquidades e a criminalização da população negra e favelada; a construção de resistências políticas articuladas aos movimentos sociais negros. Os seus legados são recursos contra-hegemônicos ao eurocentrismo e ao pensamento colonizado, com os quais podemos problematizar raça e racismo, como eixos estruturais e estruturantes das relações sociais no capitalismo dependente e organizar um pensamento contracolonial necessário à superação da exploração, dominação e opressão que constituem a realidade contemporânea.

No artigo, apresentamos o papel histórico de suas obras e suas contribuições para o Serviço Social na construção de respostas profissionais consonantes com a formação e o trabalho antirracistas. O compromisso com o debate da questão racial na formação social brasileira, na perspectiva de totalidade, com a incorporação de suas produções nos conteúdos abordados no ensino de graduação e pós-graduação é mais do que necessário, é urgente em nossa categoria profissional.

O novo encontro de Carolina Maria de Jesus com o Serviço Social

No mês de março deste ano de 2025, a escritora Carolina Maria de Jesus completaria 111 anos de vida. Mineira de nascimento, viveu a maior parte de sua vida em São Paulo, onde tornou-se escritora de sete livros apesar da exacerbação da divisão de classe, raça e sexo na primeira metade do século XX. A despeito de ter escrito sete obras, a primeira, *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (Jesus, 2014), publicada em 1960, consolidou-se como um clássico da literatura brasileira e, nos últimos anos, tem sido referência básica em vestibulares e no Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM). A problematização da fome, das condições de vida do segmento mais pauperizado da classe trabalhadora se faz presente nos seus escritos posteriores, mas o tratamento minucioso dado a essas questões

no primeiro livro nos permite trabalhar com a hipótese de que havia nele uma abordagem que contempla a totalidade das relações sociais, principalmente se consideramos a discussão sobre intelectual orgânico, de Antonio Gramsci (Gramsci, 1978), em que o autor não restringe a escrita e a capacidade de leitura crítica às pessoas que conseguem acessar a linguagem escolarizada, o letramento hegemônico, uma vez que tais acessos são inerentes às desigualdades produzidas pelo capitalismo. Baseada nessa hipótese, priorizamos *Quarto de despejo...* (*Ibid.*) como objeto de análise nesta homenagem à Carolina Maria de Jesus.

O ponto de partida da referida obra é o real concreto traduzido pela autora na frase “misérias são reais” (*Ibid.*, p. 46). A pluralização da miséria é atribuída ao cotidiano vivido nos anos de 1950 em uma das maiores favelas da cidade de São Paulo, berço do desenvolvimento capitalista no país e, por conseguinte, dos efeitos deletérios da urbanização, a favela do Canindé, localizada às margens do Rio Tietê. A linguagem descritiva não se esgota em si mesma no registro da autora, uma mulher preta, ex-empregada doméstica que trabalhava catando lixo, principalmente papel para sobreviver. A fome e a moradia protagonizam o enredo do livro por meio de uma abordagem histórica na medida em que não se observa, nas 191 páginas, nenhuma explicação de ordem natural ou moral sobre essas duas expressões da luta de classe e de raça. A crítica contundente à fome e à moradia tem como referência as desigualdades que estruturam a formação social, econômica e política do Brasil. A forma como a autora se dirige aos políticos em geral, ao presidente Juscelino Kubitschek, ao governador de São Paulo, Jânio Quadros, e ao prefeito, Ademar de Barros, representantes do Estado à época, parece não deixar dúvidas de que ela tinha uma leitura ampla das relações sociais. Existe na análise desenvolvida uma responsabilização atribuída a esses políticos pela ausência de políticas públicas e, principalmente, pela fome e a moradia nas favelas, onde viviam trabalhadores/as, mendigos/as e operários/as, pessoas identificadas por ela como *escravos da miséria* e para quem reservava *as palavras suaves* (*Ibid.*, p. 61). A instrumentalização da fome como moeda de troca nos processos eleitorais aparece recorrentemente no livro.

Na crítica dirigida aos representantes do Estado e seu descaso com as/os que dele necessitavam, a autora destaca o Serviço Social, que aparece em várias passagens da obra, sinalizando que a leitura política de Carolina Maria de Jesus conseguia observar as contradições da profissão; debate esse que, na época, não tinha o compromisso ético e político no processo de formação e no exercício profissional de assistentes sociais, posicionamento defendido a partir de 1979. Ademais, a crítica dirigida ao Serviço Social pode ser considerada como pioneira ao silenciamento de assistentes sociais em relação ao perfil das pessoas para as quais trabalham: majoritariamente mulheres e negras. Nesse sentido, não é exagero considerar que Carolina Maria de Jesus referenciou primeiro a profissão no contexto da questão social e racial e suas expressões do que a formação e o exercício profissional em Serviço Social. Vale reproduzir algumas passagens em que a autora se refere criticamente ao Serviço Social, quando buscava a responsabilização do Estado em espaços como o Juizado de Menores, o Palácio do Governo e a Santa Casa de Misericórdia:

“Revoltei contra o tal Serviço Social que diz ter sido criado para reajustar os desajustados, mas não toma conhecimento da existência infausta dos marginais” (*Ibid.*, p. 40).

“[...] eu não vejo eficiência no Serviço Social em relação a favelado” (*Ibid.*, p. 40).

Em junho de 1957 eu fiquei doente e percorri as sedes do Serviço Social. Devido eu carregar muito ferro fiquei com dor nos rins. Para não ver meus filhos passar fome fui pedir auxílio ao propalado Serviço Social. Foi lá que vi as lágrimas deslizar dos olhos dos pobres. Como é pungente ver os dramas que ali se desenrola. A ironia com que são tratados os pobres. A única coisa que eles querem saber é o nome e endereço dos pobres” (*Ibid.*, p. 42).

A relação que a autora estabelece entre a escravização negra e a situação das/os faveladas/os permite considerar que a articulação classe/raça se colocava como subtexto. A consciência da desigualdade resultante do racismo estava presente quando a referência à cor das pessoas que convivia dizia respeito apenas à descrição de negras e negros: uma moça preta, o homem preto, a mulher preta etc., que, como ela, tinham “vida de preta, pele de preto e Preto é o lugar onde eu moro” (*Ibid.*, p. 167), ou seja, é uma escrita sobre o segmento preto da classe trabalhadora. Mas a descrição da negatividade que atravessava a vida preta não conseguia retirar dela sua beleza, quando a autora escreve: “Eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rústico. Eu até acho o cabelo de negro mais iducado” (*Ibid.*, p. 64), expressando os limites da pretensa onipresença da ideologia classista/racista.

A sedição se reproduz em relação à favela e ao viver nela. A tendência à rejeição a uma leitura fragmentada e acrítica da miséria que se pode fazer do *Quarto de despejo*... (Jesus, 2014) recusa a visão romantizada que, muitas vezes, a ideologia dominante recorre para manter a pedagogia da resignação das/os pauperizadas/os, bem como fazem com a ideia de comunidade. Os trechos a seguir são elucidativos de que a moradia em favelas não era vista como opção, mas imposição da estrutura desigual determinante da consciência das pessoas: “Quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso” (*Ibid.*, p. 37); “A única coisa que não existe na favela é solidariedade” (*Ibid.*, p. 16); “O que noto é que ninguém gosta de favela, mas precisa dela” (*Ibid.*, p. 189); “[...] favela é o chiqueiro de São Paulo, gabinete do diabo; Percebo que todas as pessoas que residem na favela, não apreciam o lugar” (*Ibid.*, p. 91); “Cheguei na favela: e eu não acho jeito de dizer cheguei em casa. Casa é casa. Barracão é barracão” (*Ibid.*, p. 47); “[...] É igual a nós que não gostamos da favela, mas somos obrigados a residir na favela” (*Ibid.*, p. 43); “Porque negra é nossa vida. Negro é tudo que nos rodeia” (*Ibid.*, p. 43); e “Favela é o pior cortiço que existe” (*Ibid.*, p. 25).

Essa visão da favela — longe de estar isenta da reiteração do olhar e tratamento dado às pessoas que nela não habitavam — era e continua sendo real. A miséria era e é real, em todos os sentidos. Nessa direção, os relatos de suicídios de jovens negros, de violência doméstica contra a mulher e discriminações em decorrência do racismo negro aparecem no livro como se pouca convivência saudável Carolina Maria de Jesus tenha tido com a vizinhança, principalmente as mulheres, geralmente descritas por ela como as mais críticas em relação a sua condição de mulher preta, catadora, mãe autônoma e que ainda gostava de ler e escrever. Uma aberração para a época. Entendemos que para além de uma interpretação moralista dessa relação entre mulheres, o livro possibilita analisar o imbricamento das relações sociais de classe, raça e patriarcado. A descrição da violência conjugal na crítica à relação abusiva de vizinhos contra vizinhas comparecia através da alternativa de resistência ao modelo patriarcal, como era seu caso. Ademais, as tensões que envolvem a reprodução de preconceito e discriminação racistas e sexistas no interior

do segmento mais pauperizado da classe trabalhadora, em que pese a maioria seja constituída de mulheres negras parece ser representativa de uma escrita que dava conta das tensões intraclasse.

Cabe destacar que as tensões relatadas pela autora e suas opiniões sobre as relações com a vizinhança não se sustentavam a partir de uma ideia individualista, de ênfase a um subjetivismo, embora ela admita em certos momentos que se sentia sozinha na resistência, ao escrever: “A minha revolta é justa. Aqui na favela todos lutam com dificuldade para viver. Mas quem manifesta o que sofre é só eu. Eu faço isso em prol dos outros” (*Ibid.*, p. 35). De todo modo, observa-se em várias passagens da obra o reconhecimento de que a luta coletiva era o caminho mais recomendado para enfrentar as condições de miserabilidade experimentadas pelas/os pauperizadas/os, operários, enfim, exploradas/os e oprimidas/os, como é possível identificar nos trechos a seguir:

“Se a maioria revoltar-se, o que pode fazer a minoria? eu estou ao lado do pobre, que é o braço desnutrido” (*Ibid.*, p. 36).

“O povo não sabe revoltar-se, deviam ir no palácio do Ibirapuera e na Assembléia e dar uma surra nesses políticos alinhavados que não sabem administrar o país” (*Ibid.*, p. 129).

“[...] Assembleia de favelados é com paus, facas, pedradas e violência” (*Ibid.*, p. 51).

“Mas o povo não deve cançar. Não deve chorar. Deve lutar para melhorar o Brasil para os nossos filhos não sofrer o que estamos sofrendo” (*Ibid.*, p. 54).

Carolina Maria de Jesus nos encoraja a resistir!

Passados 65 anos da publicação do *Quarto de despejo...* (Jesus, 2014), a advertência que fazia no sentido de “[...] precisamos livrar o país dos políticos açambarcadores” (*Ibid.*, p. 39) continua atual, haja vista que, a despeito das conquistas, as desigualdades imbricadas pelas relações sociais de classe, raça, sexo, gênero continuam determinando o trabalho contraditório de profissões como o Serviço Social. Sim, o horizonte de profissionais comprometidas/os com a luta anticapitalista, antirracista, antipatriarcal, anticapacitista não pode omitir a natureza sincrética (Netto, 1992) do fazer profissional, enraizado no conservadorismo necessário à vida do capital e antagônica à vida do seres vivos.

Como no tempo de vida de Carolina Maria de Jesus, assistentes sociais continuam sendo majoritariamente empregadas do Estado. Mas hoje a relação antagônica entre trabalho e capital é orientadora do processo de formação, a qual tem como premissa básica o Serviço Social na história do capitalismo monopolista, com destaque para a particularidade do capitalismo dependente no Brasil (Moura, 2014). Essa perspectiva de totalidade histórica, orientada pelo método e a teoria social de Karl Marx, soma-se ao novo perfil de discentes e profissionais que se autodeclaram como maioria oriunda do segmento negro da classe trabalhadora (CFESS, 2022). Ademais, racistas e antirracistas, capitalistas e anticapitalistas e patriarcais e antipatriarcais, no Brasil, vivem em espaços de disputa. Essa possibilidade permite que as Carolinas Maria de Jesus do presente sejam reconhecidas como tal pelas/os profissionais, que têm percepção das tensões que perpassam as atribuições institucionais e as da lei de regulamentação e código de ética da profissão e, acima de tudo, de que é

preciso ter posicionamento contra a divisão social, racial e patriarcal, tão bem defendida por González (1982).

O novo encontro de Carolina Maria de Jesus com o Serviço Social coloca as/os profissionais da área como interlocutoras/es na crítica e no ativismo anticapitalista, antirracista, antipatriarcal e anticapacitista. Uma ilustração desta possibilidade está no reconhecimento de sua obra e de sua história de vida como necessárias para o fortalecimento da proposta de formação e exercício profissional de assistentes sociais na atualidade, que, longe de associar a produção da autora a uma perspectiva de resiliência e meritocracia, entende que seu legado é de luta coletiva. Seus escritos e, particularmente, a obra *Quarto de despejo...* (Jesus, 2014) consiste no retrato fiel das condições de vida do maior segmento de todos os tempos da classe trabalhadora brasileira: o segmento negro. Vincular sua produção à centralidade do sujeito, ao lugar de exceção, é deslocá-lo do lugar de origem do coletivo. É o discurso do burguês, da fragmentação, nada a ver com Carolina Maria de Jesus.

Alguém me avisou pra pisar nesse chão devagarinho¹: Dona Ivone Lara

Contrariando as estatísticas em relação à expectativa de vida das mulheres negras no Brasil, Dona Ivone Lara faleceu aos 96 anos de idade, no dia 16/04/2018. Sua trajetória acompanha a história recente do Brasil e os impactos da escravidão sobre a vida da população negra desde a infância. E queremos partir da infância e da orfandade para discutir contraditoriamente em como a tradição escravocrata interfere na qualidade do acesso das crianças negras à educação de qualidade lá no final da década de 1920, quando Ivone era uma criança. Fazemos referência à Lei Orçamentária Federal n.º 4.242 de 5/1/1921, que criou o Serviço de Assistência e Proteção à Infância Abandonada e Delinquente, pois esta norma jurídica determinava entre outras medidas “a criação de um abrigo para o recolhimento provisório de menores de ambos os sexos e uma casa de preservação para menores do sexo feminino” (Rizzini, 2011, p. 243).

Embora haja divergências quanto ao ano de nascimento de Ivone Lara (1921 ou 1922), o certo é que ela nasceu no bairro do Botafogo — cidade do Rio de Janeiro, no dia 13 de abril. Aqui evidenciamos um subterfúgio utilizado pelas famílias, na época em que o registro de nascimento em cartório era feito mediante ao pagamento de taxa e muitas famílias realizavam o assentamento tardio do nascimento e, muitas vezes, escolhia a data aleatoriamente para fugir do pagamento de multas por atraso no registro, ou como no caso de Ivone Lara para acesso a um direito protetivo: o acesso à educação de qualidade, na então capital do país. “Mesmo quando sua mãe ainda vivia, Lara já era aluna interna da escola Orsina da Fonseca, um internato para meninas, onde permaneceu depois da morte da mãe até os dezesseis anos” (Santos, 2005, p. 18).

Filha de João da Silva Lara, que faleceu quando ela tinha três anos, e de Emerentina Bento da Silva, falecida quando tinha doze anos de idade, nasceu em um berço sambista o que influenciou toda a sua trajetória musical: “O mundo do samba sempre foi uma realidade da sua vida, sendo parte mesmo integrante de sua formação, em todos os sentidos. Também não poderia ser diferente, vindo ela de uma família de cantores, compositores, batuqueiros, 15 jongueiros” (Santos, 2005, p. 20).

¹ ALGUÉM me avisou. Compositora Dona Ivone Lara. In: SORRISO NEGRO. WEA BR, 1981. 1 LP (37 min)

Ivone Lara morou e estudou no Instituto Profissional Feminino Orsina da Fonseca (IPFOF) dos oito aos dezesseis anos de idade e na escola integrou um dos orfeões musicais, que eram grandes corais formados por alunos da rede pública. Naquela época como parte da educação eugênica diversas figuras de prestígio como Hector Villa-Lobos defenderam que o acesso à arte e cultura erudita teriam papel fundamental na melhora da raça brasileira, conforme registros de Alves (2024).

O início do século XX consolida o projeto de branqueamento da população brasileira, que seria atingido com a miscigenação e a desvalorização das tradições, dos valores e da cultura africana e afro-brasileira. O samba e os sambistas eram marginalizados, assim como a capoeira e os capoeiristas. E uma menina metida com o samba era ainda mais desafiador, o que, em alguma medida, explica as reticências do tio Dionísio Bento da Silva,

“Ele era chorão. Tocava trombone, tocava violão de 7 cordas, cavaquinho ...” (Santos, 2005, p. 155), que a aconselhava a não se envolver com o samba.

O acesso à educação formal de qualidade na década de 1930 enquanto uma criança negra coloca Ivone Lara no lugar da exceção, mas o brilhantismo que lhe é inerente é canalizado para a composição de letras de música belíssimas, que retratam a vida cotidiana e suas contradições. Importante registrar que sua primeira composição foi escrita quando tinha apenas doze anos: *Tiê*, que foi gravada em 1974. O acesso à escola na década de 1930, mergulhada no ideário eugênico, não foi capaz de esmaecer nela a identidade negra, que era reforçada pela grande família, cujo acesso à música pelo choro e pelo samba de terreiro fortalece o sentido de pertencimento.

Na força e na potência da menina Ivone e da sua família encontramos elementos importantes que explicam a brutalidade com a qual os valores e a cultura negra foram e é perseguida desde o período da escravidão. A religião de matriz africana, a capoeira, o samba, a benzedeira, tudo é criminalizado, seja por leis racistas e proibicionistas, seja por um recorrente discurso de que o distanciamento dos valores africanos é para o bem de todas as pessoas negras na diáspora.

A própria Ivone tinha consciência de que ter ido para o internato a livrou de muitas situações embaraçosas. Lá ela pode estudar, acessar a música erudita, partilhar a vida com outras alunas, quando a orfandade bateu à porta da sua casa. Inúmeras mulheres naquele mesmo período fugiram da orfandade pela porta de serviço, adentrando ainda crianças no trabalho doméstico em troca de moradia e comida.

De todo modo, cada criança negra neste processo sofre as consequências de uma abolição inconclusa e o afastamento do grupo familiar é uma realidade, que no caso de Ivone Lara não foi trágico porque os laços familiares foram conservados. Algo que enquanto assistente social ainda é um desafio no trabalho cotidiano. Radicalizar o debate sobre o direito à convivência familiar e comunitária e provocar o Estado a efetivar os direitos fundamentais de crianças e adolescentes de todos os grupos raciais, sem desconsiderar o quanto o racismo estrutural e institucional marca a trajetória de vida daqueles pertencentes à raça negra (pretos e pardos) conforme Eurico (2020).

Aos dezesseis anos Ivone sai do internato e passa a morar com a família do tio, que a recebe com muito afeto e explicita as dificuldades comuns à parcela negra da classe trabalhadora,

que é o ingresso precoce no mercado de trabalho. A insurgência desta jovem faz com que ela acate a decisão do tio, demonstrando o respeito às pessoas mais velhas, ao mesmo tempo que busca alternativas de conseguir contribuir com as despesas mensais, em algo que lhe fosse prazeroso. Através de um anúncio no Jornal do Brasil ela toma conhecimento das inscrições que estavam abertas para o curso de Enfermagem na Escola Alfredo Pinto. Ivone faz a prova, fica entre as 10 primeiras pessoas aprovadas, com direito a uma bolsa de estudo que lhe permite colaborar financeiramente com a família e se formar na área de enfermagem, onde trabalhou por oito anos, conforme (Lara, 2005, p. 161):

Eu cheguei perto do meu tio e disse assim, “Meu tio, olha, eu vou me inscrever e se eu passar...” Ele disse, “Ivone, você pode se inscrever minha filha, você pode, à vontade. Agora, só tem uma coisa: se você passar muito que bem. Se você não passar o seu primo já vai arranjar um lugar pra você na fábrica”. Eu disse, “Muito bem, eu vou sim senhor”. [...] recebia 60 mil réis naquela época. Desses 60 mil réis eu me vestia, me calçava e ainda ajudava o meu tio, ainda dava a metade pra ele.

Como para parcela significativa de jovens negras/os a escolha pela área da saúde (enfermagem) e pelo Serviço Social não é uma escolha nata, mas antes uma opção de superação do exercício no trabalho operacional e doméstico, notadamente no Brasil reservado às pessoas negras:

Quando eu me formei [...] fui admitida no Serviço Nacional de Doenças Mentais. E aí eu comecei a trabalhar. Quer dizer, a minha opção foi essa [Enfermagem] por causa disso. Porque, por exemplo, eu não tinha dinheiro pra continuar fazendo outras coisas aqui fora, ou escolher o que eu quisesse. [...] mais ou menos uns 5 anos que eu já tava nisso, surgiu o Serviço Social, que antes era Visitadora Social. Era obrigatório. Quem fizesse Enfermagem logo a seguir fazia Visitadora Social. Eu tava fazendo Visitadora Social quando surgiu a Assistência Social (Lara, 2005, p. 162)

Na tese de doutorado intitulada “Serviço Social, Formação Brasileira e Questão Social: Na Cadência Do Pioneirismo Carioca”, a autora Graziela Scheffer (2016) se dedica a estudar a trajetória de Dona Ivone Lara, a escolha pela área da enfermagem, depois seu encontro com o Serviço Social, na gênese da profissão no Brasil, conectada com o trabalho no campo da saúde mental e o samba como raiz desta cantora, que através das suas composições retratam o cotidiano do Rio de Janeiro e do país. Além disso, a tese apresenta contribuições importantes sobre o movimento feminista da época e as contradições presentes na formação profissional em Serviço Social.

Ao todo foram trinta e sete anos de trabalho e a aposentadoria veio em 1977, outro detalhe importante, pois o acesso a aposentadoria por tempo de serviço para uma mulher negra na década de 1970 era algo incomum. Basta lembrar em que condições a população negra alcança a liberdade jurídica em 1888, com a promulgação da Lei Áurea e o lugar reservado às mulheres negras no mundo do trabalho, tão bem analisado por Lélia Gonzáles (1983). E com a aposentadoria a possibilidade de trabalhar com a música, pois as condições objetivas de sobrevivência agora estavam garantidas. A grandiosidade do samba lhe conferiu, entre tantos títulos, o de a grande Dama do Samba, nossa joia rara brasileira, com a gravação de doze discos.

Ao revisitar a biografia de Ivone Lara é possível identificar o quanto a herança africana, a musicalidade e o samba, a religião, o trabalho profissional são influenciados pelos valores

familiares, pela coletividade como um lugar seguro de existência da população negra na diáspora. E o quanto o acesso à educação de qualidade influencia nas suas composições tanto quanto o berço musical onde nasce. Esta constatação nos permite apreender o quanto a negação de acesso da população negra à arte, à literatura e aos saberes africanos é uma artimanha poderosa para manutenção da estrutura capitalista, de base colonial e racista.

Como na história de Carolina Maria de Jesus, temos com a dama do samba a possibilidade de olhar para a realidade brasileira e para os contornos que o racismo estrutural assume na vida das famílias negras.

O negro como sujeito da resistência: o legado de Clóvis Moura para pensar o Brasil

Clóvis Steiger de Assis Moura nasceu, em 1925, na cidade de Amarante, no Piauí. Sua mãe, Elvira, era neta de Ferdinand von Steiger-Münssingen, cidadão suíço e barão do império prussiano e no Brasil proprietário de escravizados; seu pai, Francisco de Assis, era maranhense de São Luís, negro, e ao longo da vida exerceu a atividade de fiscal de rendas. Apenas trinta e sete anos se passaram entre a Abolição e o nascimento de Moura. Um período marcado pelo declínio do nordeste agrário como eixo econômico para o sudeste industrializado e ao mesmo tempo a cristalização do pauperismo como condição estrutural para as populações negras.

Oliveira (2009) atenta para dimensões importantes da família de Moura, como por exemplo, a sua condição de classe média nordestina e miscigenada como fatores que contribuíram para a formatação de suas posições políticas e intelectuais. E na medida em que foi exposto desde cedo às contradições da formação social brasileira, elaborou uma percepção racial das desigualdades entrelaçada com os aspectos econômicos, políticos e culturais.

Em 1942, morando em Salvador (BA), começou a participar de um círculo de intelectuais do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que discutia literatura e política. Entre 1942 e 1955 Clóvis Moura foi secretário de redação da revista Fundamentos, órgão de imprensa oficial do PCB e a partir daí ingressou na carreira jornalística, contudo, as suas pesquisas sobre a questão negra no Brasil, que originaram a primeira edição de *Rebeliões da Senzala: quilombos, guerrilhas e insurreições* (1959) divergiam da orientação hegemônica do partido sobre a revolução brasileira, definida por uma tipologia de desenvolvimento econômico constituída pelas etapas: colonial, subdesenvolvida e desenvolvida. Um esquema que não apontava o conteúdo da dinâmica e dos processos sociais históricos particulares, e muito menos indicava as populações negras como integrantes das forças sociais que poriam em curso o processo revolucionário.

Em 1962 Moura ingressou na dissidência que formou o Partido Comunista do Brasil (PC do B), liderada por Pedro Pomar e João Amazonas. Durante a ditadura civil-militar instaurada em 1964, manteve, na clandestinidade, a colaboração com o partido. Nos anos de 1969 a 1972 foi diretor do *Jornal Folha de São Carlos* no interior paulista, período que marcou a sua aproximação com o movimento negro pela participação no Centro Recreativo e Cultural Flor de Maio. Nos anos 1970 realizou uma série de viagens internacionais que ampliaram a sua circulação intelectual e nas quais afirmou sua condição de pesquisador negro: Colóquio

Negritude e América Latina (1974, Dakar); 20º Encontro da LASA – Latin American Studies Association e o 7º Encontro da ASA – African Studies Association (Houston, Estados Unidos, 1977).

Em 1975 fundou o Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas (IBEA), um projeto que promoveu as pesquisas de valorização da cultura negra africana, bem como a crítica e denúncia do mito da democracia racial realizando ações de engajamento e mobilização políticas com uma geração importante de ativistas do movimento negro nos anos 1970 e 1980, como Hamilton Cardoso (1954–1999), Maria Beatriz Nascimento (1942–1995), Lélia Gonzalez (1935–1994) e Eduardo de Oliveira e Oliveira (1924–1980).

Nos anos 1980 recebeu o título de Doutor Notório Saber, pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, o que permitiu sua atuação como examinador em diversas bancas de mestrado e doutorado. Na década seguinte se aproximou do Movimento dos Sem Terra (MST) e publicou em 2000, pela Editora Expressão Popular, o livro Sociologia Política da Guerra Camponesa de Canudos. Até sua morte em 2003, produziu dezenas de livros e artigos sobre as resistências negras no escravismo e no pós-abolição como processos intrínsecos da formação social brasileira. Seu último trabalho o Dicionário da Escravidão Negra foi publicado postumamente, em 2004.

No conjunto de sua obra intelectual e política Clóvis Moura destacou-se por realizar um duplo movimento: a ruptura epistemológica com os estudos culturalistas sobre o negro no Brasil a partir da teoria marxista e a crítica radical à sociologia academicista pela apreensão da perspectiva de totalidade que compreende a práxis como um complexo que articula teoria e prática política. Por outro lado, a apropriação do método histórico-dialético com ênfase no seu dinamismo, ampliando a percepção dos aspectos da realidade a serem investigados confrontou a própria tradição marxista ao colocar a noção de resistência negra como práxis, em primeiro plano nas discussões sobre classes e estrutura de produção, sem, porém, desarticular essas dimensões.

[...], foi o quilombola, o negro fugido nas suas variadas formas de comportamento, isto é, o escravo que se negava, que se transformou em uma das forças que dinamizaram a passagem da escravidão para o trabalho livre. O escravo visto na perspectiva de um devir (Moura, 1988, p. 34).

Nesse sentido, as mediações realizadas por Moura a partir das categorias de totalidade, modo de produção, dialética, alienação, contradição e práxis constituem as bases para a construção de uma nova categoria de análise, que sintetiza as particularidades da formação sócio-histórica brasileira, a práxis negra.

Considerações finais

As exposições sobre as/os intelectuais centenárias/os não deixam dúvidas sobre a urgência de seu pensamento social ser incorporado como fundamento para a produção intelectual nas universidades brasileiras em todos os campos de conhecimento. Contudo, ao voltarmos o olhar para a produção científica do Serviço Social percebemos que ainda temos bastante a caminhar nesse sentido.

Em uma breve consulta no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES usando como termo de busca os nomes das/dos intelectuais nos títulos e como filtro a Área de conhecimento — Serviço Social — obtivemos como resultados: uma (1) produção referente à Carolina Maria de Jesus, uma (1) sobre D. Ivone Lara e duas (2) produções relacionadas ao pensamento de Clóvis Moura.

A dissertação de Barbara Oliveira Rosa, *Carolinas, catadoras de sonhos* (2020) aborda a realidade do trabalho e da vida de mulheres negras catadoras de materiais recicláveis a partir das obras de Carolina Maria de Jesus, considerando raça, classe e gênero para pensar a realidade social no tempo da escritora e na contemporaneidade para compreender as persistências e as resistências através das histórias de vida.

“Negro é a raiz da liberdade”: questão cultural, “questão social” e a consubstancialidade em Dona Ivone Lara (2025), dissertação de Thallyta Beatriz Bezerra dos Santos Nagel, aborda elementos presentes na vida e obra da cantora e compositora para reflexão da relação entre a cultura popular e a resistência ao capitalismo.

Os dois trabalhos sobre Clóvis Moura têm como foco o lugar de suas produções teóricas na compreensão da realidade brasileira. A dissertação de Naiara Cardoso dos Santos Mascarenhas, intitulada: *A contribuição teórica de Clóvis Moura para a compreensão da questão racial na particularidade brasileira* (2022), acompanha o percurso teórico e político do autor, a sua biografia, a aproximação com o marxismo e o debate antirracista, destacando as principais categorias presentes no conjunto de seu pensamento. E a tese: *O contrário de “casa grande” não é senzala. É quilombo! A categoria práxis negra no pensamento social de Clóvis Moura* (2017), analisa os seus esforços metodológicos de demonstração da dinâmica da história em termos das suas forças sociais, no sentido da transformação radical da sociedade, identificando em suas teses sobre as resistências negras durante o escravismo e no pós-abolição como estruturais e estruturantes da dinâmica de raças e classes sociais no Brasil, a apropriação do método dialético e da teoria marxista.

O conjunto das produções é recente e seus objetivos revelam uma estreita relação da formação crítica preconizada nas Diretrizes curriculares com os conteúdos de relações étnico-raciais, de gênero e classe social. Por fim, em termos do que se precisa avançar, consideramos que o antirracismo como práxis de enfrentamento ao racismo na sua forma específica de naturalização das desigualdades na vida social, nos requisita contextualizar e politizar o racismo como uma questão que estrutura as relações sociais através da apropriação e da difusão de conhecimentos para desvendar criticamente as suas origens históricas.

Referências

ALVES, Teresa V. F. **O Instituto Profissional Feminino Orsina da Fonseca e a governamentalidade dos corpos das mulheres através da ordem educacional (1915–1945)**. Tese (Doutorado em Educação – Processos Formativos e Desigualdades Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, Rio de Janeiro, 2024.

CFESS. **Perfil de Assistenciais Sociais no Brasil**: formação, condições de trabalho e exercício profissional. Brasília, DF: CFESS, 2022.

EURICO, Márcia Campos. **Racismo na infância**. São Paulo: Cortez, 2020.

GONZALEZ Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel Therezinha. **O lugar da mulher**: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, ANPOCS, p. 223–244, 1984. Disponível em: <https://bds.unb.br/handle/123456789/1141>. Acesso em: 24 jun. 2025.

GRAMSCI, Antonio. **Obras escolhidas**. Tradução Manuel Cruz. São Paulo: Martins, 1978.

JESUS, Carolina M. de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo, Ática, 2014.

LARA, Dona Ivone. Entrevista. In: SANTOS, Katia R. C. **Dona Ivone Lara**: voz e corpo da síncope do samba. 2005. 195p. Tese (Doutorado) — University of Georgia, Georgia, 2005. Disponível em: https://getd.libs.uga.edu/pdfs/santos_katia_c_200505_phd.pdf. Acesso em: 24 jun. 2025.

MASCARENHAS, Naiara C. dos S. **A contribuição teórica de Clóvis Moura para compreensão da questão racial na particularidade brasileira**. 2022. 141f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2022. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/4514>. Acesso em: 24 jun. 2025.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala**: quilombos, insurreições, guerrilhas. 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. 2. ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois: Anita Garibaldi, 2014.

NAGEL, Thallyta B. B. dos S. **“Negro é a raiz da liberdade”**: questão cultural, “questão social” e a consubstancialidade em Dona Ivone Lara. 2025. 123f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/items/cd9ae4a9-c663-4a9a-9afa-76365b3fcada>. Acesso em: 24 jun. 2025.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

OLIVEIRA, Fábio N. de. **Clóvis Moura e a sociologia da práxis negra**. 2009. 153f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp126152.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2025.

RIZZINI, Irma. Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas. In: RIZZINI, Irene; POLOTTI, Francisco (org.). **A arte de governar**

crianças: a história das políticas sociais da legislação e da assistência à infância. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ROSA, Barbara O. **Carolinas, catadoras de sonhos**. 2020. 150f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Franca. 2020. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/f5d8931e-4a52-4d91-9d17-4dfe7f7bd217/content>. Acesso em: 24 jun. 2025.

SANTOS, Katia. **Ivone Lara: a dona da melodia**. Rio de Janeiro: Garamond; Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

SANTOS, Katia R. C. **Dona Ivone Lara: voz e corpo da síncopa do samba**. 2005. 195p. Tese (Doutorado) — University of Georgia, Georgia, 2005. Disponível em: https://getd.libs.uga.edu/pdfs/santos_katia_c_200505_phd.pdf. Acesso em: 24 jun. 2025.

SILVA, Ana Paula P. da. **O contrário de “casa grande” não é senzala**. É quilombo! A categoria práxis negra no pensamento social de Clóvis Moura. 2017. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SILVA, Maria V. da. **Dona Ivone Lara: reminiscências de um canto feminino negro**. 2023. 144f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.bdttd.uerj.br:8443/bitstream/1/20669/2/Dissertacao%20-%20Maria%20Ver%c3%b4nica%20da%20Silva%20-%202023%20-%20Completa.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2025.

Submetido em: 23/5/2025

Aceito em: 23/5/2025